



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



EDIÇÃO Nº 09 – JANEIRO A ABRIL/2024

A **Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Conselheiro Presidente: Rodrigo Badaró de Almeida Castro

Membro Auxiliar: Tarcila Santos Britto Gomes (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)

Servidoras:

Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti

Letícia Porchera Batista Cassaro

Andreza Silva Fernandes Araújo

Apoio Administrativo: Daniela Chrysthiane de Oliveira Gomes



Eventos e reuniões relacionados à temática do meio ambiente

EVENTOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

SEMINÁRIO MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ciência, Lei e Ação para um Futuro Sustentável



Nos dias 14 e 15 de março aconteceu, na sede do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, o Seminário "Realidade das Mudanças Climáticas: ciência, Lei e Ação para um Futuro Sustentável". A iniciativa, realizada em colaboração com o

MPSC, a Escola do MPSC (EMPSC) e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), integra o projeto nacional da CMA para 2024, que prevê a realização de uma série de seminários abrangentes em todos os Ministérios Públicos dos estados brasileiros sobre mudanças e crises climáticas.





Na cerimônia inaugural do encontro estiveram presentes o Conselho Nacional do Ministério Público e presidente Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Badaró, e a promotora de Justiça e membro auxiliar, Tarcila Gomes. O Presidente da CMA ressaltou a importância da iniciativa do papel constitucional das instituições na proteção do meio ambiente.

Em dois dias de debates, os participantes compartilharam informações técnicas e jurídicas para a definição das estratégias comuns de atuação, buscando maior eficácia nas ações e nas medidas preventivas, mitigatórias e de adaptação relacionadas aos desastres socioambientais e às mudanças climáticas no Estado de Santa Catarina.



No encerramento do evento, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Meio Ambiente (CMA), e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) assinaram a “Carta do Seminário Mudanças Climáticas: ciência, lei e ação para um futuro sustentável”, que consolida a intenção de contribuir com uma governança voltada a ações de prevenção, preparação, recuperação, mitigação e adaptação, necessárias à redução de riscos de desastres socioambientais.

(Fotos e informações: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC).





O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por intermédio da Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), foi a terceira unidade ministerial a debater os desastres socioambientais e as mudanças climáticas, no âmbito do projeto nacional da Comissão de Meio Ambiente (CMA).



No evento realizado no dia 13 de março, em Belo Horizonte, e transmitido pelo canal do MPMG no Youtube, esteve presente a promotora de Justiça Tarcila Gomes, membro auxiliar da CMA. O conselheiro Rodrigo Badaró, presidente da Comissão, participou de forma remota da cerimônia de abertura.

(Foto: Eric Bezerra/MPMG).



Além do lançamento do manual prático do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre desastres socioambientais e da obra "Desastres socioambientais e mudanças climáticas: aspectos doutrinários.", foram tratados temas sobre o direito fundamental ao clima limpo, saudável e seguro; eventos climáticos extremos; fragilidades do Sistema Nacional de Proteção

e Defesa Civil; responsabilidade civil dos empreendedores no contexto dos desastres; assistência social no caso de Brumadinho; desastres e articulação dos governos locais; e zonas de autossalvamento de barragens de mineração, entre outros. [Clique aqui](#) para acessar a publicação.



O Ministério Público do Estado do Pará, em parceria com a Associação dos Membros do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP) e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), sediou, nos dias 07 e 08 de março, em Belém, o Congresso “Ministério Público e a COP 30: Perspectivas e Desafios”.

A Comissão de Meio Ambiente foi representada pelo conselheiro Rodrigo Badaró, que participou do evento como palestrante na Mesa “Experiências Exitosas do Ministério Público em Defesa do Meio Ambiente”.



Na ocasião, expôs sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão de Meio Ambiente, em especial, as iniciativas voltadas ao fortalecimento do Ministério Público brasileiro, no enfrentamento dos desafios decorrentes das transformações climáticas e das consequências devastadoras que recaem sobre as comunidades e os ecossistemas. O evento foi transmitido pelo canal oficial do MPPA, no Youtube.

(Foto: MPPA)



A convite dos organizadores, a promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, participou de debate promovido pela TV institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais,

no âmbito do programa “Além das Montanhas”, transmitido pelo canal oficial da instituição no Youtube.



Na edição do dia 18 de janeiro, os participantes debateram as ações do Ministério Público para prevenção, mitigação, resposta e recuperação de desastres, entre elas a publicação do **manual sobre Desastres socioambientais e mudanças climáticas**, lançado pelo CNMP. A transmissão teve como convidados o capitão Paulo Henrique Camargos Firme, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, Diretor de Redução do Risco de Desastres da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, e o Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Leonardo Castro Maia, coordenador da Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do MPMG.



Em 24 de abril, na cidade de Belém, a Comissão de Meio Ambiente (CMA), em colaboração com a Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (COPEMA/GNDH) **promoveu Oficina "Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas"**, no âmbito do XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, organizado pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) entre os dias 24 e 26 de abril.



Entes Subnacionais – CGAES do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR), Paulo Toledo.

A promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, juntamente com o Presidente da ABRAMPA, Alexandre Gaio, receberam os presentes na abertura do evento, que contou com a participação de especialistas renomados na temática, de dentro e fora do Ministério Público, como os promotores de Justiça Leonardo Castro Maia (MPMG) e Luciano Loubet (MPMS), além do Coordenador-Geral de Apoio aos

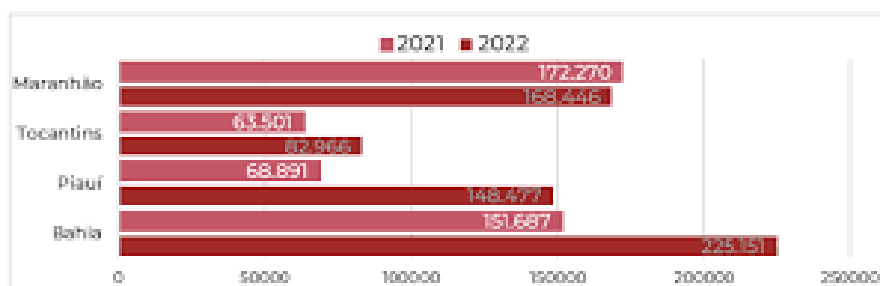


Os Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional de Meio Ambiente dos Ministérios Públicos, integrantes do Grupo de Trabalho Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas, entre outros convidados, debateram e desenvolveram estratégias de atuação nacional como resposta fundamental à urgente necessidade de lidar com os desastres socioambientais decorrentes das crises climáticas que têm afetado não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro. O encontro foi uma oportunidade para construção de laços interinstitucionais mais fortes, proporcionando uma plataforma para colaboração e cooperação mútua.



A membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, também participou do Congresso na qualidade de palestrante no Painel II, que propõe a discussão sobre a temática “Mudanças Climáticas”.

DESMATAMENTO MATOPIBA



Dados produzidos por pesquisadores do IPAM, no âmbito do Magistron Alerta e anunciados em webinar

Ainda durante o XXII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente foi realizada reunião dos integrantes do Projeto MATOPIBA ALERTA, iniciativa voltada ao fortalecimento dos Ministérios Públicos na região - composta pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia -, combatendo os desmatamentos ilegais em prol do Cerrado, incluindo a "Plataforma MP Desmate Zero". No encontro foram debatidas e alinhadas estratégias de ação que poderão ser implementadas pelas unidades ministeriais.



OUTROS EVENTOS



A Comissão de Meio Ambiente, em parceria com o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA) promoveram, nos dias 7 e 8 de março, em Goiânia, o “VIII Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural”.

A promotora de Justiça do MPGO e membro auxiliar da CMA, Tarcila Gomes, compôs a mesa de abertura do evento, que foi encerrada com o lançamento da publicação “Patrimônio Histórico e Cultural: Salvaguarda e Atuação do Ministério Público”.

Em dois dias de encontro, foram discutidos a importância da proteção do patrimônio cultural, dos direitos estabelecidos na Constituição de 1988, assim como suas perspectivas e desafios; a cultura, patrimônio cultural do povo negro, e a responsabilidade da tutela do MP em relação a estes aspectos, além de reflexões sobre o patrimônio espeleológico (cavernas) e o licenciamento ambiental.



(Foto: Fernando Leite/Assessoria de Comunicação Social do MPGO)



A associação Mineira do Ministério Público sediou, no dia 25 de março, evento intitulado “Mulheres, Meio Ambiente e Mineiridade” com o objetivo de homenagear mulheres que são exemplo, liderança e referência na defesa do meio ambiente”.



(Foto: Comunicação Social do MPMG)

A promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, foi a homenageada na categoria “Ministério Público” e recebeu, das mãos da coordenadora Estadual de Defesa dos Animais, Luciana Imaculada, a Mandala 8 Mulheres, feita por artesãs do Vale do Jequitinhonha.

Parcerias



A Comissão de Meio Ambiente reuniu-se com representantes do Projeto MapBiomias no dia 5 de fevereiro, ocasião em que os especialistas presentes demonstraram a utilidade da plataforma e dos dados fornecidos no trabalho do Ministério Público Brasileiro, para que seja levada a outros países e continentes. A iniciativa é um dos desdobramentos do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/09/2020/CNMP, entre o CNMP, representado pela CMA, a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA) e o MapBiomias.

Na ocasião, o presidente da ABRAMPA, promotor de Justiça Alexandre Gaio (MPPR) apresentou o projeto “Mata Atlântica em Pé”, uma parceria da Associação com o MapBiomias. O projeto “Alerta Matopiba”, que abrange o cerrado brasileiro, foi exibido pelo vice-presidente da ABRAMPA, promotor de Justiça Luciano Loubet (MPMS). Coube ao procurador da República Daniel Azeredo expor sobre o projeto “Amazônia Protege” do Ministério Público Federal. Também esteve presente da reunião o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e membro colaborador da CMA, Roberto Carlos Batista.





MAPBIOMAS ALERTA

Ainda como desdobramento do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/09/2020/CNMP, a Comissão de Meio Ambiente iniciou no dia 1º março a coleta de dados junto aos Ministério Público dos Estados e dos

ramos do Ministério Público da União, para que informem as ações realizadas entre 2019 e 2023, no combate ao desmatamento. Esses dados serão apresentados no Relatório Anual do Desmatamento no Brasil- RAD 2023, que será lançado oportunamente pelo MapBiomas.

Além de abordar os dados de desmatamento disponibilizados na Plataforma MapBiomas Alerta, o RAD destaca as ações referentes ao controle e combate ao desmatamento/supressão de vegetação nativa realizadas pelo Ministério Público e pelos órgãos de meio ambiente atuantes nas esferas federal, dos estados e do Distrito Federal.

As informações são fundamentais para analisar o quanto do avanço ou diminuição do desmatamento, observado e publicado pelo MapBiomas Alerta, foi consequência da atuação das instituições competentes, além de dar visibilidade aos esforços dos órgãos.



Pacto Global Rede Brasil

Com o objetivo de desenvolver estratégias para a implementação do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CNMP e o Pacto Global da ONU, foi realizada no dia 22 de março reunião entre a Comissão de Meio Ambiente e representantes do “Pacto Global Brasil - Movimento Impacto Amazônia”. A CMA foi representada pela promotora de Justiça e membro auxiliar da CMA, Tarcila Gomes, e o Pacto Global Brasil pelas

gerentes de Agricultura Sustentável, Aline Leão, e de Anticorrupção, Chantal Castro.

O projeto tem o objetivo de proteger o clima global e promover o desenvolvimento sustentável para a região e suas comunidades, como na utilização da ferramenta de *accountability* ambiental, meio que desencoraja condutas que lesem o meio ambiente, mediante a configuração do dever de reparação.



Como resultado da parceria entre o CNMP e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), o Conselho Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Badaró, e o Procurador da República Eduardo Aguiar, do Ministério Público Federal, participaram da Conferência Global do Consórcio Internacional de Combate ao Crime contra a Vida Selvagem (ICCWC), na cidade de Bruxelas, na Bélgica, nos dias 22, 23 e 24 de abril. O evento, correalizado pela UNODC, a Organização Mundial das Alfândegas (OMA), e a INTERPOL, abordou a temática *Building Strong Cases through Operation THUNDER: From Seizure to Prosecution* (em livre tradução: Construindo Casos Fortes Através da Operação THUNDER – Da Apreensão à Acusação).



Na ocasião, o Conselho Rodrigo Badaró e o Procurador da República Eduardo Aguiar iniciaram o debate sobre a necessidade de revisar, no direito brasileiro, as discrepâncias em relação às penas previstas para tráfico e maus tratos de animais. Eles argumentaram que o aumento das penas para delitos contra a fauna silvestre é um passo crucial rumo a um mundo mais justo e compassivo para todas as formas de vida. Conheça os **principais pontos abordados**.



A Conferência reuniu os principais especialistas e profissionais que atuam no combate ao tráfico de animais e outros crimes contra a vida selvagem, nos países considerados prioritários pela organização, localizados na África, Ásia e América Latina.



PRÓXIMAS PARCERIAS:

Iniciados os trâmites para celebração de novos acordos de cooperação técnica (ACT) entre o CNMP e instituições de reconhecida atuação na proteção do meio ambiente, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Conselheiro Rodrigo Badaró:



ACT com a Universidade de São Paulo (USP), voltada à criação de uma estrutura de cooperação para fortalecer a capacidade técnica e operacional de ambas as partes para enfrentar e combater o crime organizado na área ambiental, contribuindo para a preservação e proteção do meio ambiente, com especial enfoque na Floresta Amazônica. A promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, **reuniu-se com representantes da Universidade de São**

Paulo (USP) no dia 29 de janeiro. A USP possui expertise na área técnica, científica e prática, especialmente no que tange ao combate à lavagem de dinheiro relacionada a organizações criminosas ambientais, através de seu grupo de estudos sobre lavagem de dinheiro. Participaram virtualmente do encontro os advogados Marina Brecht e Felipe Campana.



ACT com a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (FGB), que proporcionará o intercâmbio de conhecimentos, estudos, metodologias e ferramentas disponibilizadas ao CNMP e aos Ministérios Públicos brasileiros, com foco em demandas e oportunidades relacionados ao fortalecimento das Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - com particular atenção àquelas que contribuam na conservação de mananciais e nas zonas costeiro-marinhas mais vulneráveis às mudanças climáticas.

A parceria visa ainda aprimorar o processo de operacionalização da Compensação Ambiental decorrente de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental a que se refere o art. 36 da referida lei do SNUC, tanto em âmbito federal quanto subnacional, entre possíveis outras ações a serem definidas no Plano de Trabalho.





ACT com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de criar uma estrutura de cooperação entre as Partes para facilitar e fortalecer a colaboração mútua relacionada a disseminação, em todas as unidades do Ministério Público brasileiro, da Plataforma Semente.

A iniciativa tem a finalidade de contribuir com a atuação ministerial mais eficiente, no âmbito da destinação direta das medidas compensatórias ambientais fixadas em Termos de Ajustamento de Conduta e/ou acordo judicial, além de proporcionar maior segurança jurídica na destinação de tais valores, a transparência acerca dos resultados alcançados, a importante reparação integral dos bens ambientais lesados e a efetiva resolutividade.

A Cooperação será formalizada em solenidade de assinatura, a ser realizada no dia 30 de abril, após a 6ª Sessão Ordinária do Plenário do CNMP.

Publicações



O presidente da CMA, conselheiro Rodrigo Badaró, lançou a obra “Desastres socioambientais e mudanças climáticas: aspectos doutrinários” durante a 18ª Sessão Ordinária de 2023, realizada no dia 28 de novembro.

A publicação, produzida pelo Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas e Desastres Socioambientais, com apoio da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) e do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), vinculado ao órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE), conta com 770 páginas e reúne artigos escritos por membros do Ministério Público e por colaboradores externos, que submeteram os trabalhos às diretrizes de edital publicado no ano passado. As contribuições tratam de temas como a prevenção de desastres em ocupações em áreas de risco, a aplicação de normas relacionadas às zonas de autossalvamento das barragens de mineração, os desastres e o acesso à Justiça, a gestão de riscos ao patrimônio cultural, a



possibilidade de atuação do Ministério Público em matéria de adaptação climática, entre outros assuntos. Os trabalhos são divididos em três eixos: fundamentos constitucionais e legais, atuação do Ministério Público e estudos de casos, como Samarco, Pinheiro e Brumadinho.

Grupos de Trabalho

GRUPO DE TRABALHO DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Na primeira reunião do ano, ocorrida em formato híbrido, no dia 30 de janeiro, foi apresentado ao grupo o “Plano Nacional de Proteção da Defesa Civil” pela diretora do Departamento de Articulação e Gestão do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Karine Lopes. O instrumento visa nortear a execução dos planos estaduais e municipais, por meio da implantação de princípios, diretrizes, estratégias e metas.

O encontro aconteceu na sede do CNMP, com a presença do conselheiro presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Badaró, da promotora de Justiça e membro auxiliar, Tarcila Gomes, e dos membros do MP e integrantes do GT: Leonardo Maia (MPMG), Annelise Steigleder (MPRS), Ximena Ferreira (MPRS), Denise Tarin, Cristina Graça (MPRJ), Ronaldo Francisco (MPMS), Patrícia da Rosa, Belize Correia (MPPE) e Giovanni Ferri (MPPR), além da advogada da AGU Daiane de Lira.



O GT Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas foi instituído por meio da PORTARIA CNMP-PRESI N° 98 DE 10 DE MARÇO DE 2023 (DOU nº 50 de 14/03/2023, Seção 2, página 58, e instalado oficialmente em cerimônia realizada no plenário do CNMP no dia



15 de março. Considerando o profícuo trabalho desenvolvido grupo, foi prorrogada sua vigência, até março de 2025.

GRUPO DE TRABALHO GESTÃO DE RESÍDUOS: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

No dia 29 de janeiro, em encontro na sede do CNMP, o conselheiro nacional do Ministério Público e presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Badaró, e Tarcila Gomes, membro auxiliar, **receberam representantes** da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN) e da Global WtERT.



Na ocasião, o presidente executivo da associação e vice-presidente do Global WtERT, Yuri Almeida, apresentou estudo intitulado “Saneamento energético no Brasil: soluções tecnológicas sustentáveis para valorização de resíduos e mitigação de metano no Brasil”, que aponta ações de mitigação dos efeitos das emissões de gás metano em aterros sanitários.

Os resultados do estudo apresentado e os outros encaminhamentos da reunião serão discutidos no âmbito do GT Resíduos.



O Grupo de Trabalho Gestão de Resíduos: Estratégias de Atuação Interinstitucional reuniu-se no dia 25 de março, sob a coordenação do membro do Ministério Público do Estado de Goiás e integrante do GT, Juliano Barros e com a participação dos integrantes Alexandra Facciolli (MPSP), Áurea Madruga (PPI), Christiane Roberta Santos (MPPE), Louise Rejane Silva (MPPA), Luciano Loubet (MPMS), Luis Fernando Barreto Junior (MPMA), Roberto Carlos Batista (MPDFT) e Tiago Gonçalves Veras Gomes (MPRJ).



O evento contou com a presença de convidados: o secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental (MMA), Adalberto Maluf; o diretor do Departamento de Gestão de Resíduos da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental (MMA), Eduardo Santos; o assessor da Procuradoria-Geral da República, João Paulo Coelho; o coordenador de Regulação de Resíduos (ANA), Paulo Henrique Daroz, e a procuradora do Trabalho Séfora Char.



Entre os temas tratados tiveram destaque a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, a sustentabilidade financeira da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos e a situação da cobrança nos municípios; a privatização dos contratos das concessões de saneamento básico; e a nova etapa de trabalho do GT/Resíduos para o ano de 2024.

Os membros que integram o GT Gestão de Resíduos: Estratégias de Atuação Interinstitucional foram designados, originariamente, por intermédio da PORTARIA CNMP-PRESI Nº 292 DE 19 DE SETEMBRO DE 2022, prorrogada pela PORTARIA CNMP-PRESI Nº 194, DE 19 DE MAIO DE 2023. Com a finalidade de dar continuidade às ações do GT, foi publicado novo ato de instituição do Grupo, com vigência até maio de 2025.

BI sobre Gestão de Resíduos



Zelar pela contínua atualização e aprimoramento dos indicadores que monitoram a atuação do Ministério Público brasileiro na gestão de resíduos é uma das responsabilidades fundamentais da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP). Estes indicadores, inseridos no Business Intelligence (BI) sobre a atuação do MP nessa área, abrangem uma gama de informações essenciais.

Eles incluem aspectos como os planos de resíduos sólidos, a implementação da coleta seletiva, a promoção da inclusão socioproductiva das cooperativas de catadores, a regulação do saneamento básico, a erradicação dos lixões, o acompanhamento da logística reversa realizada



pelo Ministério Público, bem como a promoção de consórcios e regionalização na gestão de resíduos sólidos, além do enfoque na função social dos contratos de limpeza pública.

Os dados serão periodicamente atualizados e uma nova rodada de perguntas aos Ministérios Públicos já foi iniciada pela Comissão de Meio Ambiente. Esses dados não apenas constituem informações públicas cruciais, mas também são vitais para embasar decisões estratégicas e a formulação de abordagens mais eficazes no âmbito do Ministério Público.

O Relatório do BI Gestão de Resíduos - Indicadores por Ministério Público **podrá ser acessado por meio da página da CMA, no portal do CNMP.**

FÓRUM PERMANENTE DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA LEGAL



Em 16 de fevereiro, no **encontro** virtual conduzido pela promotora de Justiça e membro auxiliar da Comissão de Meio Ambiente, Tarcila Gomes, os integrantes do “Fórum Permanente dos Ministérios Públicos Ambientais da Amazônia Legal”, entre outras deliberações, **aprovaram o Estatuto** que regerá os direitos e deveres de seus integrantes. Os Procuradores-Gerais de Justiça das unidades ministeriais que participam do Fórum indicarão membros para o Conselho

Deliberativo e Financeiro e servidores para atuarem como Secretários Executivos.

O Fórum Permanente dos Ministérios Públicos Ambientais da Amazônia Legal, conta com o apoio da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA) e é formado por membros dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais dos estados que compõem a Amazônia Legal. Trata-se de instância colegiada de caráter deliberativo não vinculante, cuja finalidade é planejar, integrar, fortalecer e articular a atuação dos membros dos Ministérios Públicos Ambientais da Amazônia Legal para a promoção de ações planejadas na defesa e preservação do meio ambiente.

Foi instituído com o bjetivo de discutir meios integrados para o desenvolvimento de uma estrutura organizacional sólida e eficiente dentro da instituição. Sua missão é preparar, unificar, fortalecer e contribuir com soluções de estruturação do Ministério Público brasileiro para enfrentar os desafios complexos impostos pelos desmatamentos e pela criminalidade ambiental organizada na região amazônica.



PRÓXIMOS GRUPOS:

Está em curso, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), a formação de novos Grupos de Trabalho em outras áreas temáticas de meio ambiente:

GRUPO DE TRABALHO BIOMAS

O GT Biomas é um dos desdobramentos do Acordo de Cooperação Técnica que será formalizado entre o CNMP, por intermédio da CMA e a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (FGB). A criação desse GT é uma iniciativa crucial para promover a proteção ambiental e combater desmatamentos, e visa discutir e elaborar um manual de orientação de atuação do Ministério Público brasileiro, direcionado especificamente para a temática das unidades de conservação, entre outros produtos.

GRUPO DE TRABALHO DE SANEAMENTO NAS ESCOLAS – PROJETO SEDE DE APRENDER



O GT Saneamento nas Escolas - Projeto Sede de Aprender foi criado como desdobramento do Acordo de Cooperação Técnica e Operacional celebrado entre o CNMP, Conselho Nacional do Ministério Público, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Ministério Público do Estado de Alagoas, com o objetivo de desenvolver metodologias e soluções tecnológicas de comunicação digital, pela Internet, para interação e coordenação dos trabalhos no escopo do acordo.

Será composto por representantes indicados pelas Comissões do Conselho Nacional do Ministério Público, de Meio Ambiente (CMA) e da Infância, Juventude e Educação (CIJE), e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa.

